

Sul América Companhia de Seguro Saúde  
CNPJ 01.685.053/0001-56



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde (“Companhia”), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 418 emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. **1. Conjuntura econômica:** A economia brasileira chegou ao fim de 2018 com uma melhor perspectiva para os próximos anos, mesmo não tendo apresentado sinais sólidos de retomada do crescimento ao longo do ano. O endividamento elevado, tanto do setor privado como do público, foi um dos principais direcionadores da lenta recuperação da economia, a despeito de alguns fundamentos saudáveis, como inflação e juros baixos. Ademais, a economia brasileira foi submetida a choques adversos durante o ano – greve dos caminhoneiros, piora do cenário internacional e incerteza política – que influenciaram negativamente o ciclo de recuperação iniciado ainda na segunda metade de 2017, levando a uma perda de força da atividade econômica em um ambiente de maior aversão ao risco e menor confiança. Estima-se que o produto interno bruto (PIB) em 2018 tenha crescido abaixo do estimado pelas projeções do início do ano, impactado por menores taxas de crescimento de consumo das famílias em função de um patamar de desemprego ainda elevado. Isso, somado a uma alta ociosidade do setor produtivo, não permitiu uma contribuição maior dos investimentos para a expansão do PIB. O segundo semestre do ano se mostrou mais promissor, indicando um ambiente mais favorável à retomada do crescimento. O cenário de emprego encerrou o ano com um saldo positivo de criação de vagas, após três anos consecutivos com fechamento de posições. A inflação, medida pelo IPCA/IBGE, fechou em 3,75%, o segundo ano consecutivo abaixo da meta (4,5%) estabelecida pelo Banco Central, permitindo que a autoridade monetária reduzisse a taxa básica de juros para níveis historicamente baixos. A perspectiva do avanço de reformas econômicas após a eleição presidencial provocou uma melhora nas condições financeiras. Os indicadores de confiança, tanto dos empresários quanto dos consumidores, voltaram a refletir o otimismo dos agentes em relação à evolução da economia, atingindo patamares próximos aos de períodos anteriores à recessão. O comprometimento com as políticas de reformas econômicas e fiscais será determinante para a manutenção deste otimismo observado. Olhando adiante, as expectativas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado, contando com um ambiente inflacionário benigno, favorecendo a manutenção da taxa de juros em patamares historicamente baixos. Os fundamentos do consumo devem ganhar força, em linha com o fortalecimento do emprego e da renda, enquanto os investimentos voltariam a se recuperar estimulados pelo aumento da confiança dos empresários em um ambiente institucional mais favorável aos negócios.

2. Principais informações financeiras:

Resultado (R\$ milhões)	2018	2017	Δ
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	15.466,1	13.581,7	13,9%
Sinistros retidos	(12.394,8)	(10.957,9)	-13,1%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	3.071,3	2.623,9	17,1%
Resultado bruto	2.654,6	2.254,5	17,7%
Resultado financeiro líquido	326,6	444,1	-26,5%
Resultado patrimonial	206,9	184,1	12,4%
Resultado antes dos impostos e participações	1.390,6	1.251,1	11,1%
Resultado Líquido	969,7	850,9	14,0%

**3. Comentário sobre o desempenho:** Os prêmios ganhos pela Companhia alcançaram R\$15.466,1 milhões em 2018, crescimento de 13,9% na comparação com 2017. Os sinistros retidos aumentaram 13,1% em relação ao ano anterior, totalizando R\$12.394,8 milhões. O resultado bruto aumentou 17,7% em 2018, principalmente devido ao maior volume de prêmios no ano. O resultado financeiro líquido apresentou queda de 26,5%, somando R\$326,6 milhões em 2018 ante R\$444,1 milhões no ano anterior. O resultado patrimonial no período totalizou R\$206,9 milhões, aumento de 12,4% em relação a 2017. O resultado líquido cresceu 14,0% em 2018, alcançando R\$969,7 milhões, em comparação com R\$850,9 milhões em 2017.

4. Distribuição do resultado:

Descrição (R\$ milhões)	2018	2017
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>1.390,6</b>	<b>1.251,1</b>
( - ) Impostos e contribuições	(377,8)	(361,3)
( - ) Participações	(43,1)	(39,0)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>969,7</b>	<b>850,9</b>
( - ) Constituição da reserva legal (5%)	(48,5)	(42,5)
Lucro líquido ajustado	921,2	808,3
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
<b>25% do lucro líquido ajustado</b>	<b>230,3</b>	<b>202,1</b>
( - ) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos obrigatórios	-	30,0
<b>( - ) Juros sobre capital próprio líquido a serem imputados nos dividendos obrigatórios</b>	<b>230,3</b>	<b>172,1</b>
<b>( - ) Juros sobre capital próprio a não serem imputados nos dividendos obrigatórios</b>	<b>33,2</b>	<b>65,9</b>
Bruto	310,0	280,0
Imposto de renda	(46,5)	(42,0)
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Destinação:</b>		
<b>Constituição de reserva estatutária</b>	<b>611,2</b>	<b>498,3</b>

**5. Investimentos:** Em 31/12/2018, a Companhia mantinha investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Santa Cruz Participações S.A. no montante de R\$1.365,2 milhões, Sul América Serviços de Saúde S.A. no montante de R\$346,7 milhões, Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. no montante de R\$343,5 milhões, Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. no montante de R\$58,5 milhões, Sul América Odontológico S.A. no montante de R\$92,4 milhões e Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. no montante de R\$2,5 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”:** A Companhia não possui ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”. **7. Acordo de Acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019. **A ADMINISTRAÇÃO.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)				Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>	<b>5.839.355</b>	<b>4.693.817</b>		<b>Circulante</b>	<b>3.562.446</b>	<b>3.049.357</b>	
<b>Disponível</b>	<b>-</b>	<b>20.183</b>	<b>32.140</b>	<b>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>	<b>12</b>	<b>2.968.110</b>	<b>2.615.919</b>
<b>Realizável</b>	<b>-</b>	<b>5.819.172</b>	<b>4.661.677</b>	<b>Provisões de prêmios</b>	<b>-</b>	<b>403.496</b>	<b>347.231</b>
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>5</b>	<b>5.077.393</b>	<b>4.029.396</b>	Provisão de prêmios não ganhos	-	378.072	323.189
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	-	2.776.980	2.526.845	Provisão para remissão	-	25.424	24.042
Aplicações livres	-	2.300.413	1.502.551	<b>Provisão de sinistros a liquidar para SUS</b>	<b>-</b>	<b>21.002</b>	<b>27.037</b>
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>-</b>	<b>347.079</b>	<b>265.112</b>	<b>Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais</b>	<b>-</b>	<b>1.643.734</b>	<b>1.521.936</b>
Prêmio a receber	6.1	330.007	251.705	<b>Provisão de sinistros ocorridos e não avisados</b>	<b>-</b>	<b>899.878</b>	<b>719.715</b>
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	17.072	13.407	<b>Débitos de operações de assistência à saúde</b>	<b>-</b>	<b>66.086</b>	<b>68.841</b>
<b>Despesas diferidas</b>	<b>7</b>	<b>240.037</b>	<b>197.110</b>	Prêmios a Restituir	-	366	219
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	<b>8</b>	<b>33.731</b>	<b>36.152</b>	Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	-	17.331	-
<b>Bens e títulos a receber</b>	<b>9</b>	<b>119.840</b>	<b>131.275</b>	Comercialização sobre operações	-	21.989	22.515
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>-</b>	<b>1.092</b>	<b>2.632</b>	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	-	26.400	46.107
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>4.862.623</b>	<b>4.494.280</b>	<b>Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora</b>	<b>-</b>	<b>56.809</b>	<b>13.628</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>-</b>	<b>2.498.150</b>	<b>2.298.437</b>	<b>Provisões</b>	<b>-</b>	<b>116.274</b>	<b>52.606</b>
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	<b>8</b>	<b>120.846</b>	<b>106.849</b>	Provisões para IR e CSLL	-	61.007	7
<b>Despesas de comercialização diferidas</b>	<b>7</b>	<b>558.887</b>	<b>472.360</b>	Provisões para ações judiciais	15.2	55.267	52.599
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>8</b>	<b>357.605</b>	<b>299.341</b>	<b>Tributos e encargos sociais a recolher</b>	<b>-</b>	<b>103.367</b>	<b>90.465</b>
<b>Depósitos judiciais e fiscais</b>	<b>15.1</b>	<b>1.459.019</b>	<b>1.418.087</b>	<b>Empréstimos e financiamentos a pagar</b>	<b>17</b>	<b>3.545</b>	<b>1.161</b>
<b>Outros créditos a receber a longo prazo</b>	<b>-</b>	<b>1.793</b>	<b>1.800</b>	<b>Débitos diversos</b>	<b>18</b>	<b>248.255</b>	<b>206.737</b>
<b>Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>2.208.867</b>	<b>2.059.445</b>	<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>1.368.338</b>	<b>1.298.877</b>
<b>Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>2.208.867</b>	<b>2.059.445</b>	<b>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>	<b>12</b>	<b>63.119</b>	<b>54.706</b>
Participações societárias - Operadoras de planos de assistência à saúde	10	439.133	409.907	Provisão para remissão	-	27.899	28.367
Outros investimentos	10	1.769.734	1.649.538	Provisão de sinistros a liquidar para o SUS	-	3.206	-
<b>Imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>41.569</b>	<b>36.952</b>	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	-	32.014	26.339
<b>Imobilizado de uso próprio</b>	<b>-</b>	<b>22.983</b>	<b>20.270</b>	<b>Provisões</b>	<b>-</b>	<b>321.660</b>	<b>237.094</b>
Imobilizado - Não hospitalares/ odontológicos	-	22.983	20.270	Provisões para ações judiciais	15.2	321.660	237.094
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>Tributos e encargos sociais a recolher</b>	<b>-</b>	<b>981.686</b>	<b>1.005.102</b>
<b>Outras imobilizações</b>	<b>-</b>	<b>18.586</b>	<b>16.680</b>	Tributos e encargos sociais a recolher	-	981.686	1.005.102
<b>Intangível</b>	<b>11</b>	<b>114.037</b>	<b>99.446</b>	Tributos e contribuições	15.2	973.017	993.139
<b>Total do ativo</b>	<b>10.701.978</b>	<b>9.188.097</b>		Parcelamento de tributos e contribuições	16	8.669	11.963
				<b>Empréstimos e financiamentos a pagar</b>	<b>17</b>	<b>633</b>	<b>1.930</b>
				<b>Débitos diversos</b>	<b>18</b>	<b>1.240</b>	<b>45</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	<b>19</b>	<b>5.771.194</b>	<b>4.839.863</b>
				<b>Capital social</b>	<b>-</b>	<b>3.049.208</b>	<b>2.785.708</b>
				<b>Reservas</b>	<b>-</b>	<b>3.066.807</b>	<b>2.407.109</b>
				Reservas de capital	-	(39.913)	(39.913)
				Reservas de lucros	-	3.106.720	2.447.022
				<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>16.232</b>	<b>8.099</b>
				<b>Ações em tesouraria</b>	<b>-</b>	<b>(361.053)</b>	<b>(361.053)</b>
				<b>Total do passivo</b>	<b>10.701.978</b>	<b>9.188.097</b>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais, exceto quando mencionado)									
Descrição	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Prejuízos/ Déficits acumulados	Total
<b>Saldos em 01/01/2017</b>	<b>2.277.208</b>	<b>(39.913)</b>	<b>122.559</b>	<b>2.183.584</b>	<b>2.306.143</b>	<b>(23.436)</b>	<b>(361.053)</b>	<b>-</b>	<b>4.158.949</b>
Aumento de Capital com reservas de lucros, conforme AGOE do dia 29/03/2017	400.000	-	(122.558)	(277.442)	(400.000)	-	-	-	-
Aumento de Capital, conforme AGE de 28/06/2017	40.000	-	-	-	-	-	-	-	40.000
Aumento de Capital com JCP, conforme ata do dia 22/12/2017	68.500	-	-	-	-	-	-	-	68.500
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	31.535	-	-	31.535
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>850.879</b>	<b>850.879</b>
<b>Proposta da destinação do resultado:</b>									
Reserva legal	-	-	42.544	-	42.544	-	-	(42.544)	-
Reserva estatutária	-	-	-	498.335	498.335	-	-	(498.335)	-
Juros sobre o Capital Próprio - R\$3,33 (em reais) por ação ON e R\$3,11 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 18/12/2017	-	-	-	-	-	-	-	(280.000)	(280.000)
Dividendos intermediários - R\$0,36 (em reais) por ação ON e R\$0,39 (em reais) por ação PN, conforme RCA de 08/05/2017	-	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>2.785.708</b>	<b>(39.913)</b>	<b>42.545</b>	<b>2.404.477</b>	<b>2.447.022</b>	<b>8.099</b>	<b>(361.053)</b>	<b>-</b>	<b>4.839.863</b>
Aumento de Capital com JCP, conforme ata do dia 21/05/2018	80.750	-	-	-	-	-	-	-	80.750
Aumento de Capital com JCP, conforme ata do dia 25/09/2018	102.000	-	-	-	-	-	-	-	102.000
Aumento de Capital com JCP, conforme ata do dia 18/12/2018	80.750	-	-	-	-	-	-	-	80.750
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	8.133	-	-	8.133
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>969.698</b>	<b>969.698</b>
<b>Proposta da destinação do resultado:</b>									
Reserva legal	-	-	48.485	-	48.485	-	-	(48.485)	-
Reserva estatutária	-	-	-	611.213	611.213	-	-	(611.213)	-
Juros sobre o Capital Próprio - R\$1,11 (em reais) por ação ON e R\$1,23 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 30/04/2018	-	-	-	-	-	-	-	(95.000)	(95.000)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$1,38 (em reais) por ação ON e R\$1,52 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 25/09/2018	-	-	-	-	-	-	-	(120.000)	(120.000)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$1,07 (em reais) por ação ON e R\$1,18 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 18/12/2018	-	-	-	-	-	-	-	(95.000)	(95.000)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>3.049.208</b>	<b>(39.913)</b>	<b>91.030</b>	<b>3.015.690</b>	<b>3.106.720</b>	<b>16.232</b>	<b>(361.053)</b>	<b>-</b>	<b>5.771.194</b>



**Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56**

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)			
	Notas	2018	2017
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>969.698</b>	<b>850.879</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>			
Ganhos atuariais, líquidos de perdas, não realizados com plano de pensão de benefício definido	21	(474)	479
Efeitos fiscais	21	190	(192)
<b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:</b>			
Ganhos / (perdas) não realizadas com ativos financeiros disponíveis para venda	21	1.995	5.309
Efeitos fiscais	21	(753)	(2.094)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	10	7.175	28.033
<b>Componentes do resultado abrangente</b>		<b>8.133</b>	<b>31.535</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>977.831</b>	<b>882.414</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**Contexto operacional:** A **SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE** denominada (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoti Lucas, 121, no bairro Cidade Nova, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde, e tem como principal acionista a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada (SALIC) com 64,23% de ações ordinárias e 69,77% de ações preferenciais, com participação total de 65,60%, e tem como controladora indireta final a Sul América S.A. (SASA), que detém 100% do capital total da Companhia, sendo 34,40% de participação direta e 65,60% de participação indireta através de suas subsidiárias. A SASA é uma Companhia de capital aberto, controlada pela Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), que detém 50,87% das ações ordinárias, 0,01% das ações preferenciais e 25,66% de participação total, e publicou em 27 de fevereiro de 2019 no jornal *Voz Econômica* e *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

**2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. **Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicações estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 418 emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/02/2019.

2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5).

2.3. **Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando uma moeda do ambiente econômico interno no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

**3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

**3.1. Resumo de práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

**3.1.1. Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas; • Despesas de angariação diferidas (bônus de produção, despesa de pessoal e custo de kits) e registradas na rubrica "Despesas diferidas" no ativo circulante e "Despesas de capitalização diferidas" no ativo não circulante e amortizados pelo prazo máximo de 120 meses de permanência dos segurados na carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - LAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE).

**3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

**3.2. Instrumentos financeiros:** 3.2.1. **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada.

3.2.2. **Disponível para venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis", são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.2.3. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo circulante na rubrica "Bens e títulos a receber" e não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado.

3.4. **Investimentos:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustados pela redução ao valor recuperável, quando aplicável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; e • O ágio e deságio na aquisição de ações de controlada, tratado como transação de capital, está registrado no patrimônio líquido.

**3.5. Intangíveis:** 3.5.1. **Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo.

3.6. **Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresentem efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

**Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

3.7. **Empréstimos e financiamentos a pagar:** Leasing financeiro, reconhecido pelos valores de contratação dos bens arrendados, descontados ao valor presente pela taxa de juros implícita no contrato.

3.8. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de 05 anos. Conclui-se, a partir deste estudo, que esses créditos tributários serão consumidos em até 02 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.9. **Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir:

**3.9.1. Provisão de Prêmios e Contribuições:** **Ganhos (PPCNG):** A PPCNG é constituída pelo método pro-rata *de, tendo*

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)		
	2018	2017
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimento de planos de saúde	15.481.791	13.605.483
Resgate de aplicações financeiras	9.465.100	7.300.826
Recebimento de juros de aplicações financeiras	337.782	386.978
Outros recebimentos operacionais	30.167	43.212
Pagamento a fornecedores / prestadores de serviço de saúde	(12.116.699)	(10.732.642)
Pagamento de comissões	(1.081.721)	(964.649)
Pagamento de pessoal	(435.972)	(372.067)
Pagamentos de serviços de terceiros	(175.688)	(163.633)
Pagamento de tributos	(561.708)	(577.901)
Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(76.599)	(82.998)
Pagamento de aluguel	(26.597)	(49.438)
Pagamento de promoção/publicidade	(53.711)	(55.381)
Aplicações financeiras	(10.550.743)	(7.592.291)
Outros pagamentos operacionais	(252.504)	(215.442)
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>(17.102)</b>	<b>530.059</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Recebimento de venda de ativo imobilizado - Outros	1.124	826
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	46.423	95.738
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(10.613)	(5.847)
Pagamentos relativos ao ativo intangível	(29.998)	(25.627)
Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas	-	(419.978)
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>6.936</b>	<b>(354.888)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital em dinheiro	-	40.000
Pagamento de Juros - Empréstimos/ Financiamentos/Leasing	(395)	(601)
Pagamento de Amortização de Empréstimos/ Financiamentos/Leasing	(1.396)	(999)
Pagamento de participação nos resultados	-	(199.500)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(1.791)</b>	<b>(161.100)</b>
<b>Variação de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(11.957)</b>	<b>14.071</b>
<b>Caixa - Saldo inicial</b>	<b>32.140</b>	<b>18.069</b>
<b>Caixa - Saldo final</b>	<b>20.183</b>	<b>32.140</b>
<b>Ativos livres no início do período</b>	<b>1.714.100</b>	<b>1.664.886</b>
<b>Ativos livres no final do período</b>	<b>2.444.419</b>	<b>1.714.100</b>
<b>Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres</b>	<b>730.319</b>	<b>49.214</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

o base os prínios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.9.2. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - Processos administrativos:** PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: **o** O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros; **e** As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocados a cada sinistro individualmente (ULAE). **Processos judiciais:** Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico Interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração os fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de juros de 10,59% (10,65% em 2017), baseado no histórico de pagamentos de juros observado. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde" no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidações e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente.

**3.9.3. Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA):** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (Incurred But Not Reported), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e calculada com base no IBNP (Incurred But Not Paid), subtraído da PSL. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 36 meses, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocados a cada sinistro individualmente (ULAE) são registradas contabilmente na IBNR. **3.9.4. Provisão para remissão:** A Provisão para remissão é constituída para garantia existente em alguns contratos dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato (máximo de 5 anos) em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada considerando a expectativa média de vida dos beneficiários e 6% ao ano de juros. **3.10. Provisões judiciais:**

**3.10.1. Cíveis trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e do grau de risco (provável, possível ou remota), os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro.

Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa, feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela TR, no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,59% (10,65% em 2017). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.10.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e são reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

**3.11. Incentivo em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última avaliação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa a SASA pelos incentivos em ações

deixa a seus executivos (vide nota 13.2). 3.12. **Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição for aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. 3.13. **Benefícios a empregados:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia, o Programa de Indenização para Executivos, Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia, com o programa de indenização de executivos, com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. 3.14. **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletidos na previsão para ações judiciais e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: A) Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado e disponíveis para venda (nota 5); B) Despesas de comercialização diferidas (nota 7); C) Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 8); D) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 12); e E) Provisões para ações judiciais (nota 15). 3.15. **Normas e interpretações novas e revisadas:** 3.15.1. **Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** **Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras.** A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2018. • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11). O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela ANS; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 – 2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 - Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contratos de clientes - Em vigor a partir de 01/01/2018. O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela ANS; • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações - Em vigor a partir de 01/01/2018; • ICP 21 / IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento - Em vigor a partir de 01/01/2018. O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela ANS; e • Transferências de propriedade de investimento (alterações ao CPC 28 / IAS 40) - Em vigor a partir de 01/01/2018. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de Dezembro de 2018 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.** Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial. • IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil - Em vigor a partir de 01/01/2019; e • IFRS 17 – Contratos de seguros Em vigor a partir de 01/01/2021. A ANS ainda não aprovou tais normativos, portanto ainda não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • Alterações ao CPC 18 - Investimento em coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto - Em vigor a partir de 01/01/2019; • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda - Em vigor a partir de 01/01/2019; e • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização - Em vigor a partir de 01/01/2019. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a ANS, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela ANS. 3.15.2. **Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) • Resolução Normativa nº 435:** Esta norma foi emitida pela ANS em 23/11/2018, com início de vigência em 01/01/2019, e delibera sobre plano de contas e divulgação em geral. A Companhia analisou a norma e constatou que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras. 4. **Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categorias de riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos pela Companhia, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. E papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. Em 2018, foi criada a área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SuLAmérica com o plano de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha de defesa fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SuLAmérica. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. 4.1. **Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios especificamente na região sudeste, devido a localização do polo econômico do país. Em 31/12/2018, a Companhia registrou um total de receitas de prêmios retidos de R\$15.609.663 (R\$13.716.158 em 2017), compreendidas nas seguintes proporções:

UF	Representatividade	
	2018	2017
SP	66,45%	66,56%
RJ	12,75%	12,71%
BA	5,27%	5,51%
PE	5,36%	5,55%
DF	2,10%	1,98%
Outros	8,07%	7,69%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>







continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

		2017
	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros		Total
Valor justo por meio do resultado	–	1.215.206
Disponível para venda	2.518.154	295.255
	2.518.154	1.510.461
		4.028.615

**6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde:** 6.1. **Movimentação de prêmios a receber:** Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, mensurados ao custo amortizado. A Companhia, basicamente, fatura mensalmente os contratos de saúde.

	Prêmios	Redução ao valor recuperável	Total
Saldo em 01/01/2017	580.730	(357.075)	223.655
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	14.094.630	(176.980)	13.917.650
Recebimentos/ reversão	(13.968.082)	78.482	(13.889.600)
Saldo em 31/12/2017	707.278	(455.573)	251.705
Circulante			251.705

	Prêmios	Redução ao valor recuperável	Total
Saldo em 31/12/2017	707.278	(455.573)	251.705
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	16.020.139	(183.265)	15.836.874
Recebimento/ reversão	(15.852.334)	93.762	(15.758.572)
Saldo em 31/12/2018	875.083	(545.076)	330.007
Circulante			330.007

6.2. **Prêmios a receber por vencimento:** Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>A vencer</b>		
A vencer entre 1 e 30 dias	163.134	120.480
A vencer entre 31 e 60 dias	4.069	8.218
A vencer entre 61 e 180 dias	14.018	1.246
A vencer entre 181 e 365 dias	512	4.806
A vencer acima de 365 dias	–	–
Total	182.330	134.750
Redução ao valor recuperável	(6.017)	(9.668)
Total a vencer	176.313	125.082
<b>Vencidos</b>		
Vencidos entre 1 e 30 dias	137.822	115.826
Vencidos entre 31 e 60 dias	39.075	28.541
Vencidos entre 61 e 180 dias	66.553	65.223
Vencidos entre 181 e 365 dias	73.081	71.625
Vencidos acima de 365 dias	376.222	291.313
Total	692.753	572.528
Redução ao valor recuperável	(539.059)	(445.905)
Total vencidos	153.694	126.623
Total de prêmios a receber	875.083	707.278
Total de redução ao valor recuperável (a)	(545.076)	(455.573)
Total	330.007	251.705

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nos prêmios vencidos e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias. **7. Despesas de comercialização diferidas:** Em 31/12/2018, a Companhia possui despesas de comercialização diferidas de R\$798.924 (R\$669.470 em 2017). **8. Créditos e débitos tributários e previdenciários e ativos fiscais diferidos:**

Descrição	2018	2017
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>		
Impostos a compensar/recuperar	34.689	37.099
PIS e COFINS sobre IBNR	119.888	105.902
Total	154.577	143.001
Circulante	33.731	36.152
Não circulante	120.846	106.849
<b>Ativo fiscal diferido líquido dos tributos passivos diferidos</b>		
IR/CSLL sobre diferenças temporárias	528.894	483.753
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	–	3
(-)Tributos diferidos passivos	(171.289)	(184.415)
Total	357.605	299.341
Não circulante	357.605	299.341

10. Participações societárias:

	SANTA CRUZ (1)	SULA-MED (2)	SULA-SAÚDE (3)	SULA-SEG (4)	SAMI (5)	SULA-ODONTO (6)	SAGA (7)	TOTAL
Saldo em 01/01/2017	908.285	179.660	42.712	321.760	44.782	69.284	1.311	1.567.794
Aumento de capital (b)	299.979	120.000	–	–	–	–	–	419.979
Dividendos e juros sobre capital próprio	(21.776)	(8.781)	–	(30.000)	(16.845)	(20.000)	(1.669)	(99.071)
Equivalência patrimonial (a)	91.689	36.972	883	(1.676)	23.611	32.711	2.255	186.445
Ajustes de avaliação patrimonial	22.033	61	263	5.776	23	–	–	28.156
Incorporação	–	–	(43.858)	–	–	–	–	(43.858)
Saldo em 31/12/2017	1.300.210	327.912	–	295.860	51.571	81.995	1.897	2.059.445
Dividendos e juros sobre capital próprio	(18.612)	(5.913)	–	(14.010)	(20.025)	(3.249)	(2.456)	(64.265)
Equivalência patrimonial (a)	78.368	24.902	–	59.452	27.006	13.682	3.102	206.512
Ajustes de avaliação patrimonial	5.200	(181)	–	2.176	(5)	(15)	–	7.175
Saldo em 31/12/2018	1.365.166	346.720	–	343.478	58.547	92.413	2.543	2.208.867

(a) No exercício findo em 31/12/2018, a equivalência patrimonial de R\$206.512 (R\$186.445 em 2017), está registrada na rubrica “Resultado patrimonial” que contempla também, outras despesas líquidas de receitas em R\$363 (R\$2.320 outras despesas líquidas de receitas em 2017); e (b) Em 22/12/2017, a Companhia aumentou o capital da SANTA CRUZ em R\$299.979, em dinheiro, com a emissão de 3.865 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$77.613,85 (reais) por ação. Em 29/03/2017, a Companhia aumentou o capital da SULAMED em R\$30.000, em dinheiro, com a emissão de 1.129.564.619 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,02 (reais) por ação. Em 30/05/2017, a Companhia aumentou o capital da SULAMED em R\$30.000, em dinheiro, com a emissão de 1.128.219.198 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,02 (reais) por ação. Em 28/06/2017, a Companhia aumentou o capital da SULAMED em R\$40.000, em dinheiro, com a emissão de 1.493.624.876 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,02 (reais) por ação. Em 04/12/2017, a Companhia aumentou o capital da SULAMED em R\$20.000, em dinheiro, com a emissão de 753.394.449 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,02 (reais) por ação.

Legenda	Empresas	Principal atividade
(1)	Sul América Santa Cruz Participações S.A. - (SANTA CRUZ)	Participação
(2)	Sul América Serviços de Saúde S.A. - (SULAMED)	Operadora de Planos de Saúde
(3)	Sul América Saúde Companhia de Seguros - (SULASAÚDE)	Operadora de Planos de Saúde
(4)	Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. - (SULASEG)	Seguradora
(5)	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - (SAMI)	Gestão de Recursos de Terceiros
(6)	Sul América Odontológico S.A. - (SULAODONTO)	Operadora de Planos de Saúde Odontológico
(7)	Sul América Investimento Gestora de Recursos S.A. - (SAGA)	Gestão de Recursos de Terceiros

11. Intangível:

	Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)
<b>Custo (a)</b>	
Saldo em 01/01/2017	134.984
Adição	26.065
Baixa	(1.960)
Saldo em 31/12/2017	159.089
<b>Amortização Acumulada</b>	
Saldo em 01/01/2017	(46.550)
Baixa	1.822
Amortização	(14.915)
Saldo em 31/12/2017	(59.643)
Saldo residual em 31/12/2017	99.446
Vida útil estimada	5 a 10 anos
<b>Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)</b>	
<b>Custo (a)</b>	
Saldo em 31/12/2017	159.089
Adição	33.035
Saldo em 31/12/2018	192.124
<b>Amortização Acumulada</b>	
Saldo em 31/12/2017	(59.643)
Amortização	(18.480)
Outros	36
Saldo em 31/12/2018	(78.087)
Saldo em 31/12/2018	114.037
Vida útil estimada	5 a 10 anos

8.1. Tributos a compensar/recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2017	Adição	Atualização monetária	Baixa/ compensação	Saldo em 31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	16.788	21.577	1.418	(17.084)	22.699
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	2.122	7.470	531	(2.143)	7.980
Programa de Integração Social - PIS	425	491	21	(646)	291
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social- COFINS	1.963	2.603	132	(3.354)	1.344
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (a)	32.182	–	1.721	(29.118)	4.785
Total Circulante	53.480	32.141	3.823	(52.345)	37.099
Não circulante					36.152
					947

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Adição	Atualização monetária	Baixa/ compensação	Saldo em 31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	22.699	3.467	1.949	(24.190)	3.925
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	7.980	2.372	887	(8.915)	2.324
Programa de Integração Social - PIS	291	315	151	(473)	284
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social- COFINS (b)	1.344	9.181	18.796	(1.271)	28.050
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (a)	4.785	–	16	(4.801)	–
Outros	–	106	–	–	106
Total Circulante	37.099	15.441	21.799	(39.650)	34.689
Não circulante					33.731
					958

(a) A Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado em processo, onde pleiteava o direito de compensar os valores recolhidos a título de contribuição previdenciária sobre os pagamentos realizados aos prestadores médicos no período de 01/2004 à 05/2005. Dessa forma, foi registrado um crédito de INSS a compensar no valor de R\$32.182 em 12/2016. (b) Em 10/2018, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado, referente ao processo cujo objetivo era reaver as importâncias indevidamente recolhidas a título de COFINS relativas aos meses de fevereiro e março de 1999. Diante do êxito integral obtido no processo, foi registrado um crédito de COFINS no valor total de R\$26.740, dos quais o valor de R\$18.796 foi registrado a título de atualização. **8.2. Movimentação de créditos e débitos tributários:**

Descrição	Saldo em 01/01/2017	Incorporação da SULA SAUDE	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para perda em investimentos	1.152	–	–	–	1.152
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	286.132	13.493	43.044	(107)	342.562
Redução ao valor recuperável de créditos	93.877	–	22.543	–	116.420
Provisões indedutíveis	9.903	–	18.349	(9.675)	18.577
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	778	–	93	(285)	586
Participações nos lucros	2.826	–	3.242	(2.934)	3.134
Outros	1.160	5	954	(797)	1.322
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	395.828	13.498	88.225	(13.798)	483.753
<b>Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social</b>	–	3	–	–	3
<b>PIS e COFINS sobre reservas técnicas (a)</b>	92.351	–	21.462	(7.911)	105.902

Descrição	SANTA CRUZ (1)	SULA-MED (2)	SULA-SAÚDE (3)	SULA-SEG (4)	SAMI (5)	SULA-ODONTO (6)	SAGA (7)	TOTAL
Ativo	1.510.272	666.400	–	8.058.312	86.628	117.865	46.622	
Passivo	145.044	319.680	–	7.790.268	28.081	25.452	21.208	
Patrimônio líquido	1.365.228	346.720	–	268.044	58.547	92.413	25.414	
Receita líquida	3.339	63.624	–	1.126.238	21.710	95.022	53.442	
Lucro líquido do exercício	78.368	24.902	–	58.988	27.006	13.682	31.015	
Percentual de participação (%)	100%	100%	–	100%	100%	100%	10%	
Valor contábil do investimento	1.365.166	346.720	–	343.478	58.547	92.413	2.543	2.208.867
Quantidade de ações ordinárias	16.906	11.414.059.942	–	29.630.261	17.166.836	40.894.358	170.800	

Descrição	SANTA CRUZ (1)	SULA-MED (2)	SULA-SAÚDE (3)	SULA-SEG (4)	SAMI (5)	SULA-ODONTO (6)	SAGA (7)	TOTAL
Ativo	1.448.325	616.099	–	7.138.500	90.027	99.962	35.068	
Passivo	148.115	288.187	–	6.910.874	38.456	17.967	16.107	
Patrimônio líquido	1.300.210	327.912	–	227.626	51.571	81.995	18.961	
Receita líquida	–	1.571.304	–	454.716	22.958	106.081	41.053	
Lucro líquido do exercício	91.689	36.972	–	8.125	21.429	32.711	22.548	
Percentual de participação (%)	100%	100%	–	100%	100%	100%	10%	
Valor contábil do investimento	1.300.210	327.912	–	295.860	51.571	81.995	1.897	2.059.445
Quantidade de ações ordinárias	16.906	11.414.059.942	–	29.630.261	17.166.836	40.894.358	170.800	

**(a) Custos de desenvolvimento e licenças de softwares:** Representam, principalmente, gastos com desenvolvimento de infra-estrutura tecnológica, aplicativos, melhorias no site da Companhia, desenvolvimento de sistemas próprios e gastos com aquisição de licenças de softwares utilizados no âmbito operacional. **12. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:**

	Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão para remissão	Total
Ramo					
Saúde individual	97.919	306.888	154.202	3.213	562.222
Saúde grupal	278.164	1.389.321	736.676	50.110	2.454.271
Odontológico	1.989	3.747	9.000	–	14.736
Total	378.072	1.699.956	899.878	53.323	3.031.229
Circulante	378.072	1.664.736	899.878	25.424	2.968.110
Não circulante	–	35.220	–	27.899	63.119

	Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão para remissão	Total
Ramo					
Saúde individual	94.963	296.320	123.636	3.761	518.680
Saúde grupal	226.872	1.276.277	590.039	48.648	2.141.836
Odontológico	1.354	2.715	6.040	–	10.109
Total	323.189	1.575.312	719.715	52.409	2.670.625
Circulante	323.189	1.548.973	719.715	24.042	2.615.919
Não circulante	–	26.339	–	28.367	54.706

12.1. **Movimentação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde:**

	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão para remissão	Total
Saldo em 01/01/2017	276.240	1.994.776	46.263	
Emissões	14.709.544	–	–	
Avisados/alterações	–	10.961.384	31.777	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(946.437)	(10.808.616)	(28.459)	
Prêmios ganhos	(13.716.158)	–	–	
Atualização monetária / juros	–	3.584	2.828	
Variação do IBNR	–	143.899	–	
Saldo em 31/12/2017	323.189	2.295.027	52.409	2.670.625
Circulante				2.615.919
Não circulante				54.706

Descrição	Saldo em 01/01/2017	Incorporação da SULA SAUDE	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
<b>Total dos créditos tributários</b>	488.179	13.501	109.687	(21.709)	589.658
Débitos tributários - atualizações de depósitos judiciais (b)	(146.080)	(7.888)	(27.729)	–	(181.697)
Outros	(680)	–	(2.038)	–	(2.718)
Total dos débitos tributários	(146.760)	(7.888)	(29.767)	–	(184.415)

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Provisão para perda em investimentos	1.152	–	(128)	1.024
Provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	342.562	41.314	(10.707)	373.169
Redução ao valor recuperável de créditos	116.420	22.575	(13.691)	125.304
Provisões indedutíveis	18.577	16.408	(12.445)	22.540
Perda atuarial com plano de benefício definido	586	191	–	777
Participações nos lucros	3.134	3.451	(3.054)	3.531
Outros	1.322	1.227	–	2.549

<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	483.753	85.166
--	---------	--------



continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

13. Partes relacionadas: 13.1. Transações:

As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	Descrição	Categoria	Controladora	Receita			Despesa	
			2018	2017	2018				2017	2018	2017	2018	2017
Sul América S.A. (a) (c) (d)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	–	–	28.311	27.190	Sul América S.A. (a) (c) (d)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	–	–	–	–
Saepar Serviços e Participações S.A. (d) (e)	Controladora indireta	Sul América S.A.	662	1.231	–	–	Saepar Serviços e Participações S.A. (d) (e)	Controladora indireta	Sul América S.A.	29	–	–	–
Sul América Capitalização S.A - SULACAP (d) (e) (g) (m)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	19	789	2	13	Sul América Capitalização S.A - SULACAP (d) (e) (g) (m)	Controlada Indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	837	1.911	(639)	(1.725)
Sul América Gestora de Recursos S.A. (b) (d) (e) (g) (h) indireta	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	765	606	413	371	Sul América Gestora de Recursos S.A. (b) (d) (e) (g) (h)	Controlada Indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	215	251	(4.753)	(4.505)
Sul América Companhia Nacional de Seguros (d) (e) (g) direta	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	3.393	2.052	6.551	5.417	Sul América Companhia Nacional de Seguros (d) (e) (g) direta	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	6.717	7.547	(10.848)	(11.248)
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (b) (d) (e) (g) (h)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	6.421	47	203	183	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (b) (d) (e) (g) (h)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	242	283	(2.341)	(2.219)
Sul América Odontológico S.A. (b) (d) (e) (g)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	3.262	170	–	–	Sul América Odontológico S.A. (b) (d) (e) (g)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	838	936	–	–
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b) (d)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	18.612	21.776	–	–	Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b) (d)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	–	–
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (d) (e) (f) (g) (l)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	20.162	6.771	748	486	Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (d) (e) (f) (g) (l)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.750	1.913	(6.900)	(4.516)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b) (d) (e) (g)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	5.914	8.944	12.655	12.881	Sul América Serviços de Saúde S.A. (b) (d) (e) (g)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	847	936	(19.455)	(14.386)
Sharecare Brasil Serv. de Consultoria Ltda (j)	Coligada	Sharecare Digital Health International Limited	–	–	6.276	6.706	Sharecare Brasil Serv. De Consultoria Ltda (j)	Coligada	Sharecare Digital Health International Limited	–	–	(85.515)	(74.584)
Gouveia Vieira Advocacia (i)	Outros	Outros	–	–	3.404	–	Gouveia Vieira Advocacia (i)	Outros	Outros	–	–	(14)	(14)
Almeida e Silva Gouveia Vieira Advogados Associados (i)	Outros	Outros	–	–	1	–	Almeida e Silva Gouveia Vieira Advogados Associados (i)	Outros	Outros	–	–	–	–
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (i)	Outros	Outros	–	–	–	–	J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (i)	Outros	Outros	–	–	(2.028)	(2.138)
Escritório de Advocacia Gouveia Vieira (i)	Outros	Outros	–	–	–	–	Escritório de Advocacia Gouveia Vieira (i)	Outros	Outros	–	–	(260)	(1.864)
Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (k)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	–	–	51	–	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (k)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	–	–	(51)	–
Pessoal-chave da administração e familiares (n)	Outros	Outros	4	12	11	12	Pessoal-chave da administração e familiares (n)	Outros	Outros	362	354	(91)	(48)
Total			59.214	42.398	58.626	53.259	Total			11.837	14.131	(132.895)	(117.247)

(a) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (c) Valor referente ao reembolso que a Companhia faz a SASA relacionado ao plano de bonificação de seus executivos com incentivo em ações (stock options) de emissão da SASA; (d) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (e) Valor referente ao seguro saúde a funcionários e dirigentes; (f) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (g) Valor referente ao reembolso de aluguel de imóveis; (h) Valor referente à taxa de administração e gestão correspondente à 0,25% sobre o total da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (i) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (j) Valor referente à prestação de serviços e soluções em saúde; (k) Valor referente a serviço de intermediação de atendimento entre segurados e prestador médico; (l) Valor referente a operação de seguro viagem adquirido pela Companhia; e (m) Valor referente à contratação de títulos de capitalização, na modalidade incentivo; e (n) Valores referentes a operações de seguros e previdência entre as companhias e pessoal-chave da administração e familiares. Os recursos detidos em aplicação nos fundos administrados pela controlada Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. pelo pessoal-chave da administração da SulAmérica monta R\$70.514 em 31/12/2018 (R\$63.911 em 2017). Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") recebidos e pagos pela Companhia, em 2018 e 2017, estão demonstrados a seguir:

Dividendos e JCP recebidos		Dividendos e JCP pagos	
2018	2017	2018	2017
Sasa	–	–	66.968
Saepar	–	–	1.563
Salic	–	–	130.969
Sami	13.611	16.845	–
Sulaseg	–	50.000	–
Santa Cruz	21.776	–	–
Sulamed	8.781	2.285	–
Sulasaúde	–	814	–
Sulaodonto	–	24.320	–
Saga	2.255	1.474	–
Total	46.423	95.738	–

13.2. Remuneração da administração:

A Administração incluiu os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Benefícios de curto prazo a administradores		Benefícios pós-emprego		Incentivo em ações (a)		Total
2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Contas a pagar	35.393	–	28.311	63.704		
2018	25.662	–	27.189	52.851		
Despesas	2018	(60.858)	(182)	(78.15)	(68.855)	
2017	(49.218)	(1.609)	(5.219)	(68.046)		

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.11). 14. Compromissos e ônus a liquidar.

14.1. Recursos bloqueados: Em 31/12/2018, a Companhia possui recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referente às demandas judiciais no montante de R\$14.411 (R\$10.738 em 2017), registrados na rubrica "Bens e títulos a receber", no ativo circulante. 14.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados a ANS, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 12.2. 14.3. Contrato de aluguel – São Paulo: Em 04/07/2013, a Companhia assinou contrato de locação para a nova sede da SulAmérica em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a Companhia se compromete a pagar mensalmente a quantia de R\$2.000, reajustada anualmente pela variação acumulada do IGP-M, cabendo a ela um percentual de 59,3% sobre este montante, sendo o restante de responsabilidade das demais. O montante registrado no resultado da Companhia, até 31/12/2018, corresponde a R\$14.964 (R\$16.830 em 2017). A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindirem unilateralmente a locação, sendo que a Companhia poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa. 15. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2018 e 2017, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais, fiscais e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: 15.1. Depósitos judiciais:

Descrição	2018	2017
Fiscais:		
COFINS	387.602	375.574
PIS	125.347	121.094
Contribuição social	460.668	440.768
Imposto de renda	77.195	121.377
Outros	7.750	7.280
Subtotal	1.058.382	1.066.093
Previdenciárias:		
INSS	119.724	114.216
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	5.823	6.668
Ações cíveis	275.090	231.110
Subtotal	280.913	237.778
Total	1.459.019	1.418.087
Não circulante	1.459.019	1.418.087

15.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldos em 01/01/2017	Incorpo- ração da SALUSAUDE	Adi- ções	Atuali- zação monetária	Paga- mentos/ baixas	Saldos em 31/12/2017
Cíveis e trabalhistas						
Cíveis	133.114	–	83.919	18.212	(57.033)	178.212
Trabalhistas	7495	–	1.330	1.263	(297)	9.791
Honorários	14.399	–	11.415	–	(6.411)	19.403
Outros	28.165	–	51.398	6.341	(54.719)	31.185
Subtotal	183.173	–	148.062	25.816	(118.460)	238.591
Tributárias:						
PIS	83.227	6.804	–	4.197	–	94.228
COFINS	278.697	33.397	–	14.870	–	326.964
CSLL	345.412	27.697	28.569	27.857	–	429.535
IRPJ	109.574	2.670	2.782	6.314	–	121.340
INSS	38.136	–	–	1.884	–	40.020
Honorários	14.093	275	89	1.119	(1.448)	14.128
Outros	17579	40	–	407	–	18.026
Subtotal	886.718	70.883	31.440	56.648	(1.448)	1.044.241
Total	1.069.891	70.883	179.502	82.464	(119.908)	1.282.832
Circulante						52.599
Não circulante						1.230.233

INSS e multas aplicadas pela ANS e ressarcimento ao SUS, que estavam em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial. O parcelamento previa o pagamento em até 30 parcelas iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC. O montante total das obrigações na data da adesão foi de R\$18.312, no qual está compreendido o valor de R\$5.783 (líquido da redução dos benefícios) registrado no passivo circulante. Adicionalmente, em 04/2016 a Companhia realizou o pagamento da última parcela, permanecendo pendentes de conversão em renda os depósitos relativos às discussões de INSS, multas aplicadas pela ANS e ressarcimento ao SUS. Os valores de CSLL e IRPJ foram integralmente quitados. Em julho de 2014, a Companhia aderiu à reabertura do REFIS estabelecida pela Lei 12.973/2014, com o objetivo de pagar, com depósito, valores relativos à IRPJ e CSLL, que estavam em discussão na esfera judicial. O montante total das obrigações na data da adesão, incluído nesse REFIS, foi de R\$5.796 (líquido da redução dos benefícios previstos), que será pago através da conversão em renda dos depósitos judiciais registrados. Em 2016, houve a conversão em renda e levantamento dos depósitos judiciais, relacionados ao processo 20151010173907 e conversão em renda dos depósitos relativos ao processo 9700881067. Em 07/2017, a Companhia realizou o levantamento de parte dos depósitos judiciais relativos ao processo 9700881067 e aguarda o levantamento do saldo remanescente. Em relação ao processo 9600191948, a Companhia aguarda a conversão em renda e o levantamento dos valores depositados. Em 16/11/2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização de Débitos não Tributários – PRD instituído pela Medida Provisória (MP) nº 780, convertida na Lei 13.494/2017, com o escopo de parcelar valores relativos a débitos oriundos de multas aplicadas pela ANS, que estavam em discussão nas esferas administrativa e judicial. O parcelamento prevê o pagamento de 60 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC, sendo que o pagamento da 1ª parcela corresponde a 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, e o parcelamento do restante contou com redução de 60% dos juros e da multa de mora. O montante total na data da adesão foi de R\$16.891, e que será pago por meio de guias expedidas mensalmente. As obrigações estão registradas na rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher" no passivo circulante e na rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher", subitem "Parcelamento de tributos e contribuições" no passivo não circulante. Em 31/12/2018, o montante registrado é de R\$4.231 (R\$5.933 em 2017) no passivo circulante e R\$8.669 (R\$11.963 em 2017) no passivo não circulante. 17. Empréstimos e financiamentos: A Companhia efetuou, em 07/2016, uma operação de Arrendamento Mercantil Financeiro de software e equipamentos e processamento de dados no montante de R\$5.457, pelo prazo de 42 meses, sem garantias e com taxa de juros de 16% a.a. Em 09/2017, efetuou outra operação de arrendamento mercantil financeiro de software e equipamentos de processamento de dados no montante de R\$2.302 pelo prazo de 36 meses, sem garantias e com parcelas atualizadas ao IGP-M a.a, porém a transferência efetiva do bem ocorreu em 02/2018. Em 31/12/2018, os montantes estão registrados na rubrica "Empréstimos e financiamentos a pagar", sendo R\$3.545 (R\$1.161 em 2017) no passivo circulante e R\$633 (R\$1.930 em 2017) no passivo não circulante. 18. Débitos diversos: Descrição 2018 2017 Depósitos de terceiros (a) 21.069 18.433 Honorários a pagar 1.240 45 Outras obrigações com pessoal 116.063 96.112 Aluguel a pagar 8.307 10.737 Fornecedores 17.446 16.717 Compromisso mobiliário 28.311 27.189 Outros débitos a pagar 57.059 37.549 Total 249.495 206.782 Circulante 248.255 206.737 Não circulante 1.240 45 (a) Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, aos prêmios recebidos cujas apólices ainda não foram emitidas e as parcelas ainda não baixadas de prêmios a receber. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir: Descrição 2018 2017 Prêmio direto Prêmio direto De 01 a 30 dias 5.722 8.271 De 31 a 60 dias 2.906 2.439 De 61 a 120 dias 3.007 2.523 De 121 a 180 dias 2.500 1.766 De 181 a 365 dias 1.556 767 Acima de 365 dias 5.378 2.667 Total 21.069 18.433 19. Patrimônio líquido: 19.1. Capital social: Em 31/12/2018, o capital social da Companhia é de R\$3.049.208 (R\$2.785.708 em 2017), representado por 87.496.863 ações (83.214.095 em 2017), sendo 65.925.195 ações ordinárias (62.698.310 em 2017) e 21.571.668 ações preferenciais (20.515.785 em 2017), todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Adicionalmente em 31/12/2018 e em 2017, a Companhia possui 20.659.939 ações em tesouraria, sendo 14.172.669 ações ordinárias e 6.487.270 ações preferenciais. Aumentos de capital social: 1. Em 21/05/2018 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$80.750, com a emissão de 1.023.714 novas ações ordinárias e 334.974 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$59,43 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 30/04/2018, sendo: (i) 672.547 novas ações ordinárias e 220.067 novas ações preferenciais subscritas e integralizadas pela acionista Sul América Companhia Nacional de Seguros; e (ii) 351.167 novas ações ordinárias e 114.907 novas ações preferenciais, subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A.; 2. Em 25/09/2018 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$102.000, com a emissão de 1.250.784 novas ações ordinárias e 409.274 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$61,44 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/08/2018, sendo: (i) 821.724 novas ações ordinárias e 268.880 novas ações preferenciais subscritas e integralizadas pela acionista Sul América Companhia Nacional de Seguros; e (ii) 429.060 novas ações ordinárias e 140.394 novas ações preferenciais, subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A.; e 3. Em 18/12/2018 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$80.750, com a emissão de 952.387 novas ações ordinárias e 311.635 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$63,88 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 30/11/2018, sendo: (i) 625.687 novas ações ordinárias e 204.734 novas ações preferenciais subscritas e integralizadas pela acionista Sul América Companhia Nacional de Seguros; e (ii) 326.700 novas ações ordinárias e 106.901 novas ações preferenciais, subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A.. 19.2. Reserva de capital: Referem-se ao ágio e deságio apurado em transações de capital, na aquisição de ações de sociedades nas quais a Companhia ou suas controladas já detém o controle. 19.3. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 19.4. Reserva estatutária: A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de Administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos. 19.5. Ajustes de avaliação patrimonial: A rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, principalmente os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, relativos a títulos próprios e de controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido próprio e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. 19.6. Dividendos: De acordo com o estatuto, são assegurados



